

Remuneração de parlamentar ainda é dúvida

BRASÍLIA — Se o Congresso Nacional não se reunir este mês para fixar o valor dos salários de deputados e senadores, nenhum parlamentar receberá seu contracheque no final deste mês. A afirmação é do diretor geral da Câmara, Adelmar Silveira Sabino. "O que está faltando é o Congresso dizer quanto ganhará cada deputado para que eu possa preparar a folha de pagamento", diz Sabino.

A cada final de legislatura, os congressistas se reúnem para definir o salário do parlamentar no mandato seguinte. Este ano, por causa da Constituinte, os congressistas não se reuniram para decidir quanto ganhariam os eleitos em 1986. A Mesa estipulou apenas o valor dos salários dos constituintes, mas a Constituinte acabou e todos voltaram a ser deputados e senadores — sem salário definido.

O mais preocupado com a questão salarial é o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto. "Vamos ter que devolver uns Cr\$ 200 mil à Câmara, por conta da cobrança do Imposto de Renda, e ninguém agüenta pagar para trabalhar", protestava.

A queixa de Amaral Neto decorre do fato de que os parlamentares receberam adiantado os vencimentos de cada mês. Receberam em dois contracheques distribuídos em setembro, o salário de outubro. No dia 3 de setembro, foi paga uma parcela de Cr\$ 562.704,00, mas o Imposto de Renda incidiu sobre apenas Cr\$ 128.946,00, que correspondem ao subsídio fixo. No dia 23 de setembro veio o contra-cheque mais gordo: Cr\$ 1.562.491,00. Com a promulgação da nova Carta, a partir de 5 de outubro, os deputados ficaram devendo o Imposto de Renda que passa a incidir sobre o total — Cr\$ 2.125.195,00 — e não apenas sobre o fixo de Cr\$ 128 mil.

"Nosso problema é grave; vamos ter que acabar com a demagogia do PT que se recusa a discutir salário", protestava Amaral Neto pouco antes da reunião de líderes para discutir salário. "O PT não aceita a fórmula de se aumentar o vencimento do parlamentar para compensar o desconto do Imposto de Renda", sustentou o deputado José Genoino (PT-SP).

O presidente da Assembléia Legislativa de Minas, deputado Neif Jabur (PMDB), acusou a Constituinte de ter feito "demagogia barata", ao obrigar os parlamentares a pagarem Imposto de Renda. Jabur disse que os 77 deputados estaduais, que ganham hoje cerca de Cr\$ 2,2 milhões por mês, não aceitam descontar 45% de seus rendimentos. Ele aguarda apenas que a Câmara conceda aumento aos deputados federais — como compensação pelo Imposto de Renda — para fazer o mesmo na Assembléia mineira.

29 OUT 1988

JORNAL
DO
BRAZ